

O que esperar do Governo Bolsonaro

GETAP

Fevereiro 2020



A Agenda do **EXECUTIVO PARA 2020**

As reformas previstas para 2020 devem continuar monopolizando as agendas, mas outras pautas podem andar

O QUE INCENTIVA?

Interlocução com o setor produtivo

Canais de diálogo continuam abertos para receber contribuições dos setores. Governo espera que as empresas apoiem as pautas da Economia.

O QUE FREIA?

Necessidade de ajuste fiscal: dívida chega a 77% do PIB

Segue como fator que desacelera as pautas. Pouco espaço para a criação de políticas que envolvam investimentos públicos ou concessão de subsídios e benefícios de natureza tributária.

LEILÕES DE INFRAESTRUTURA

Programa de Parcerias de Investimentos

Estão previstos 43 leilões, sendo 7 de rodovias, 9 de portos, 3 de energia, 2 de ferrovias e 22 de aeroportos.

LEILÕES DE PETRÓLEO

Ministério de Minas e Energia

7ª e 17ª Rodadas estão previstas para este ano, mas o governo não descarta rever o regime de partilha devido à frustração na arrecadação no leilão da cessão onerosa, em novembro de 2019.



MARCO LEGAL DAS STARTUPS

Ministério da Economia

Cria um marco legal para facilitar o ambiente de negócios e investimentos em startups e deverá ser anexada ao PLP 146/19 do dep. JHC (PSB/AL) sobre o mesmo tema.

AUTORIDADE NACIONAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Presidência da República

A LGPD entrará em vigor em agosto e ainda é aguardado o decreto que regulamentará o órgão. A expectativa é que as indicações dos membros que comporão o Conselho Diretor ocorram até abril.

AGENDA DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AMAZÔNIA

Ministério do Meio Ambiente

Iniciativa de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia por meio da implementação de instrumentos da Política Nacional de Meio Ambiente. Também prevê o fomento de investimentos em bioeconomia.

A Agenda do LEGISLATIVO PARA 2020

Congresso continua com protagonismo das agendas e pauta reformista se mantém no centro do debate em 2020

OPORTUNIDADE?

A hora e a vez do debate da Reforma Tributária

Com a definição sobre a tramitação da Reforma Tributária no Congresso, 2020 será o ano para concluir o debate e chegar a um consenso.

RISCOS?

Eleições municipais em 2020 e para as Mesas em 2021

Indispensável também ter atenção às demais propostas que podem caminhar em ano eleitoral. Outro fator que pode envolver acordos e votações serão as movimentações para sucessão de Rodrigo Maia e Alcolumbre em 2021.

Instalação das Comissões

Depois do Carnaval

Fevereiro Em 2016, último ano com eleições municipais, as comissões foram instaladas somente em 03/05.

Orçamento

Nova dinâmica pode causar ruído

Deputados e senadores ganharam acesso facilitado à liberação de até R\$ 20 bilhões do Orçamento de 2020 – o chamado ‘orçamento impositivo’.

Medidas Provisórias

Novo rito de MPs pendente de promulgação

Foi aprovada a PEC 91/19 ainda início da atual legislatura e nunca promulgada. O novo rito engloba alterações profundas no prazo, emendas e vigência.

Ano Legislativo

6 intensos meses de trabalho

O primeiro semestre será a principal janela de oportunidade em 2020. Apesar da baixa produtividade nas Comissões, o esforço concentrado costuma manter a produtividade dos Plenários próxima a de outros períodos da legislatura.

CPIs em andamento

Fake News e Óleo no Nordeste

CPMI de Fake News no Congresso e Óleo no Nordeste na Câmara são as únicas CPIs em funcionamento. 3 aguardam instalação, todas no Senado: Desmatamento na Amazônia Legal; Queimadas na Amazônia Legal e Acidente da Chapecoense.

Agenda Prioritária comum

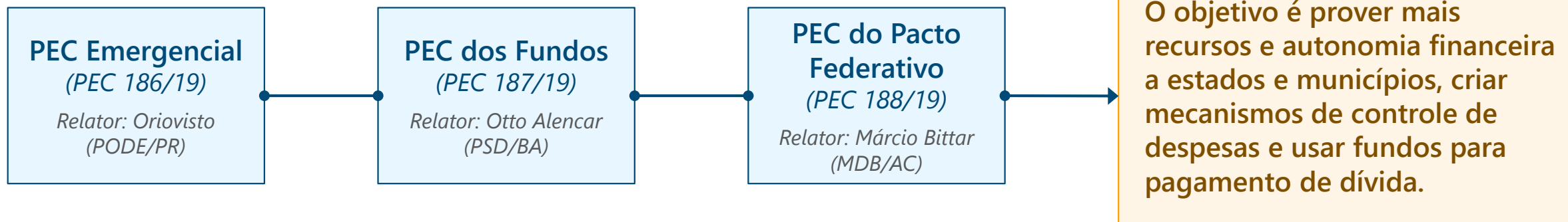
Será desafiadora pela
densidade e efeitos no
longo prazo



REFORMA FISCAL

Situação fiscal de estados e municípios pressiona por maior distribuição de recursos

A aprovação da Reforma da Previdência foi fundamental para garantir a consolidação fiscal no médio e longo prazos. No curto prazo, a situação ainda é muito crítica. O pacote Mais Brasil enviado pelo governo prevê uma Reforma Fiscal estruturante.



Outras propostas em tramitação:

- Plano Mansueto (Plano de Equilíbrio Fiscal) – *PLP 149/19*
- Securitização de Dívidas – *PLP 459/17*
- Prorrogação do Prazo de Precatórios – *PEC 95/19*
- Regra de Ouro – *PEC 438/18*

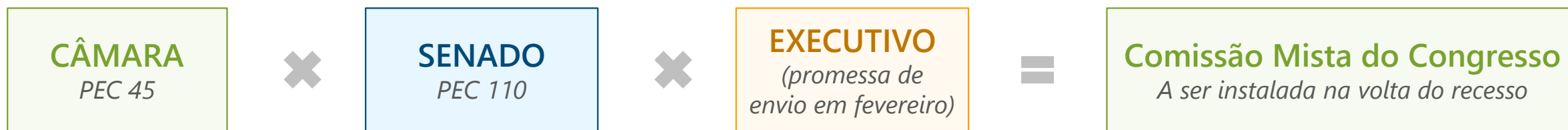
TIMING

O debate foi adiantado em 2019 e todas as PECs aguardam votação na CCJ do Senado. A PEC Emergencial e de extinção dos Fundos Públicos devem ser votadas no Senado ainda no 1º semestre.

REFORMA TRIBUTÁRIA

Redução do número de tributos,
mas não da carga tributária

As discussões começaram em 2019 no Senado e na Câmara, mas o Executivo postergou para 2020 o envio da sua proposta. O acordo é por uma discussão única com todas as propostas colocadas à mesa.



Proposta do Executivo deve ter em 4 partes:

- Unificação PIS e Cofins com alíquota única
- Mudanças no IPI para que se transforme em imposto seletivo
- Reformulação do IR
- Desoneração da Folha de Pagamentos

TIMING

Debate amplo em 2020 mas, pela complexidade e quantidade de atores envolvidos (União, Estados, Municípios, todo o setor produtivo e todos os atores sociais impactados pelas mudanças), o processo de aprovação final pode ficar para o final deste ano ou início de 2021. **O relevante é que as decisões que vão formatar a reforma serão tomadas neste ano, o que exige o imediato envolvimento das empresas no processo.**

REFORMA ADMINISTRATIVA

Controle das despesas públicas depende da negociação com servidores e Congresso

Gasto com pessoal é o 2º maior do governo federal, depois da Previdência. Prometida para 2019, a reforma preocupa o governo porque vai enfrentar a articulação política do Congresso e a organização dos servidores em defesa de direitos históricos, como a estabilidade total e a rejeição a avaliações

Diretrizes

- Desburocratização
- Digitalização
- Fim da estabilidade
- Nova avaliação de desempenho
- Novo modelo de gratificação
- Manutenção dos direitos adquiridos
- Modelo de transição para novos ingressantes

TIMING

A equipe econômica trabalha nos ajustes finais da proposta com os demais ministérios.

A previsão é de envio para a Câmara em fevereiro, mas sem perspectiva de decisão em 2020 por envolver debates sensíveis para um ano eleitoral.



Agenda

ECONOMIA

Projetos Estruturantes

MINIRREFORMA DO ISS

A Câmara já aprovou o PLP 461/17 e precisa agora do aval final do Senado antes de seguir para sanção do presidente da República. A previsão é que o Senado aprove a proposta no retorno do recesso.



REVISÃO DE INCENTIVOS FISCAIS

Esta discussão deve ser travada nas PEC 186/2019 (reforma fiscal) e na reforma tributária, mas o assunto aguarda deliberação na CCJ antes de seguir para o plenário do Senado. O PLP 41/19 define mecanismos de avaliação e revisão dos incentivos fiscais da União.



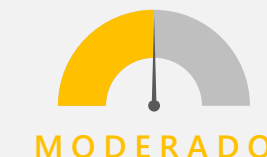
AUTONOMIA BACEN (PLP 112/19)

A tendência é que a discussão do projeto seja retomada em março de 2020. O projeto aguarda votação no Plenário da Câmara e conta com o apoio do Executivo e de Rodrigo Maia.



LUCROS E DIVIDENDOS

Outro tema que deve ser tratado na reforma tributária, mas que está em discussão na CAE do Senado por meio do PL 2015/19. O governo conseguiu evitar as votações no ano passado, mas a proposta deve retornar à pauta já no primeiro semestre de 2020.



RECUPERAÇÃO JUDICIAL

O PL 10220/18 teve seu parecer apresentado em Plenário em 2019, mas a conclusão da votação ficou para 2020. Existe uma movimentação para resolver o tema apenas no âmbito do PLS 487/13, que altera o Código Comercial.



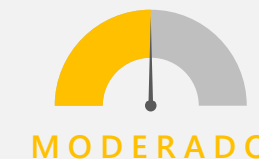
TRANSAÇÃO TRIBUTÁRIA

A Comissão Mista da MP 899/19, que regulamenta o instituto da arbitragem tributária, já foi instalada e aguarda a definição do plano de trabalho do relator, dep. Marco Bertaiolli (PSD/SP), com previsão para fevereiro. A MP tem vigência até 25/03/2020



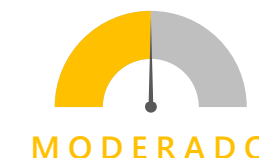
CRIME CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA

Após o posicionamento do STF sobre o tema, a tendência é que a discussão deste assunto seja focada nos PLs 6592/19, 5903/19 e 6520/19, que definem que não constitui crime o mero inadimplemento do tributo regularmente declarado.



DEVEDOR CONTUMAZ

A expectativa é que seja apresentado parecer ao PL 1646/19, ainda no primeiro semestre de 2020, sobretudo para aperfeiçoar o conceito de devedor contumaz no texto do projeto.



DECISÃO DEFINITIVA EM 2ª INSTÂNCIA

A PEC 199/19 – também chamada de prisão em 2ª instância – pretende extinguir os recursos especial e extraordinário, o que tem impacto direto na relação tributária. A comissão especial que analisará a matéria deve retomar os trabalhos em fevereiro.



CODECON

No Senado, o assunto está sendo debatido no PLS 298/11, enquanto na Câmara tramita o PL 2557/11. O tema foi pouco movimentado em 2019, mas espera-se que seja apresentado parecer na CCJC ainda no primeiro semestre de 2020.



NOVO CTN

O PLS 406/16 aguarda apresentação de parecer do sen. Tasso Jereissati (PSDB/CE) na Comissão de Constituição e Justiça. A tendência é que esse tema avance com a priorização da reforma tributária, pelo Congresso Nacional, no primeiro semestre de 2020.



Líder no mercado brasileiro em prestação de serviços na área de public affairs, foi fundada no Brasil em 1986 durante o período de redemocratização do país após 21 anos de regime militar. A criação e o desenvolvimento de nosso trabalho se confundem com o processo de construção da democracia e do Estado de Direito no Brasil.

Com mais de 30 anos de experiência no Brasil (escritórios em Brasília, DF e São Paulo, SP) e há mais de 20 anos presente em Washington, D.C. (E.U.A.), temos sólido conhecimento sobre o processo de formulação de políticas públicas no Brasil e sobre o seu complexo ambiente de negócios.



Brasil

patripoliticaspúblicas@patri.com.br

Brasília

SAF Sul Quadra 02, Bloco D

Edifício Via Esplanada, Salas 103 a 106

Fone: (61) 3327-2606 - Fax: (61) 3327-1619

São Paulo

Rua Olimpíadas, 134 – 5º andar – Cj. 52

Condomínio Alpha Tower Vila Olímpia

Tel.: 55 (11) 3079-4533 - Fax: 55 (11) 3079-2202



Estados Unidos

Washington, DC

1101 17th Street, NW – Suite 1010

Tel.: 1 (202) 822-6420 – Fax: 1 (202) 822-6423

